



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2016.

Nº. 10/2016

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito e Paulo Jorge Maria do Nascimento, na qualidade de Vereadores.

Faltou a esta reunião o Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 21,40 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Face à informação prestada pela Fundação Joaquim António Franco e Seus Pais sobre a sua dramática situação decorrente dos prejuízos acumulados nos cinco anos da sua existência, motivados pelo reduzido número de camas (21) com acordo com a ARS Alentejo, da sua Unidade de Continuados de Média Duração e Reabilitação, informou o Sr. Presidente da sua intenção de reunir, com urgência, com o Sr. Secretário de Estado da Saúde no sentido de lhe expor a situação, sem contudo colocar antes aqui o assunto para que o executivo se inteirasse da mesma e lhe desse o aval nesse sentido, pelo que formalizou a seguinte informação e proposta.

“A Câmara Municipal de Castro Verde tem vindo a encarar com bastante preocupação o crescente envelhecimento da população do concelho, e principalmente o risco de agravamento das condições de vida a ele associado.

Numa primeira fase, a autarquia tudo fez para obviar aos impactos sociais mais gravosos deste envelhecimento, através do apoio à implementação, redimensionamento e modernização de uma rede de estabelecimentos geriátricos geridos por IPSS locais, quer no âmbito do serviço de apoio domiciliário, quer de centros de dia e estabelecimentos residenciais para pessoas idosas.

Também na área da Saúde a autarquia apoiou a implementação no seu território de uma Unidade de Cuidados Continuados de Média Duração e Reabilitação (UCCI-MDR), na então freguesia de Casével, uma iniciativa da Fundação Joaquim António Franco e seus Pais daquela localidade.

Para além dos resultados positivos destas iniciativas, promovendo uma melhoria significativa do bem-estar da população idosa do concelho, constatou-se que passava a existir um acréscimo de procura daqueles serviços por parte de pessoas provenientes de outros concelhos vizinhos, e até de outras regiões, por cidadãos com ligação direta ou indireta ao Município de Castro Verde, o que levou a autarquia a definir uma estratégia para o concelho, considerando Castro Verde como *“Destino Geriátrico”*, e neste contexto conseguimos alargar o universo de interessados e promover a atração pelo concelho.

Por outro lado, a economia social já é na atualidade um dos principais sectores económicos locais, e uma importante fonte de emprego para a região. Atenta a esta realidade, a Câmara Municipal de Castro Verde tem feito o possível para apoiar e dinamizar as instituições de solidariedade social, proporcionando-lhe as melhores condições possíveis para exercerem a sua prestimosa missão.

O Conselho de Administração da Fundação Joaquim António Franco e seus Pais alertou a Câmara Municipal de Castro Verde (através de ofício que foi presente na reunião de Câmara realizada no passado dia 13 de Abril) para a grave situação económica e financeira que atravessa a UCCI-MDR de Casével, devido aos prejuízos acumulados nos cinco anos da sua existência. Tais prejuízos são motivados pelo reduzido número de camas (21) com acordo com a ARS Alentejo, número que é incompatível com as exigências daquela tipologia, legalmente definidas pela Rede Nacional de Cuidados Continuados, e que aliás têm vindo a aumentar nos últimos anos sem contrapartidas financeiras adequadas.

Apesar dos sucessivos apelos da instituição, junto da ARS Alentejo e do anterior Governo, no sentido de aumentar as camas com acordo para um número que garantisse o mínimo de sustentabilidade económica e financeira, sempre a Fundação recebeu recusas a tal pretensão, com pretextos de natureza orçamental, que a IPSS em causa, e também esta autarquia, não compreendem.

Na verdade, não se pode compreender nem aceitar que a UCCI-MDR de Casével tenha capacidade para 48 camas, das quais apenas 21 com acordo com a ARS Alentejo, e 24 permaneçam completamente vazias, quando há necessidade e procura para mais camas.

Com efeito, a UCCI-MDR de Casével é um estabelecimento de reputada qualidade no serviço prestado, e nos resultados obtidos, reconhecidos pelas equipas de alta dos estabelecimentos hospitalares da região, pelo que os utentes a colocam em primeira prioridade, mesmo quando vivem a mais de duzentos quilómetros de distância, e têm de aguardar cerca de quatro meses para poderem ter vaga neste estabelecimento.

O argumento das razões orçamentais para o não alargamento do número de camas também não se compreende, pois o que está em causa é retirar doentes dos hospitais de agudos, onde não necessitam de estar, e onde ocupam camas imprescindíveis a outros doentes, e colocá-los em camas que custam, no máximo, 1/5 do custo de uma cama hospitalar. Mas este argumento também não é válido se atentarmos no risco de infeção hospitalar a que se sujeita um doente com longa permanência num estabelecimento de agudos, comparativamente com os números ínfimos de casos de infeção hospitalar das unidades de cuidados continuados.

Ora, a Fundação Joaquim António Franco e seus Pais atravessa neste momento uma situação económico-financeira muito difícil, que tem vindo a enfrentar e minimizar em termos de uma gestão rigorosa e criteriosa dos custos e melhoria da qualidade, mas teme que esteja exatamente no limite da sua capacidade financeira. Assim, poderá estar em causa a continuidade da Unidade, mas também a sobrevivência da instituição, o que coloca em perigo mais de 80 postos de trabalho (95% dos quais femininos) e o apoio a 21 doentes da UCCI-MDR de Casével, bem como a 86 idosos que beneficiam das respostas de Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

A Câmara Municipal de Castro Verde não pode ficar indiferente a esta situação dramática que acontece no seu concelho. Em causa está uma IPSS com mais de cinquenta anos de trabalho em prol da população local, mas também um número muito significativo de utentes e familiares, e ainda um elevado número de postos de trabalho.

Assim a Câmara Municipal mandata o seu Presidente para solicitar, com carácter de urgência, ao Senhor Secretário de Estado da Saúde uma reunião, em que estejam também presentes os representantes da Fundação, por forma a encontrar uma solução que viabilize a UCCI-MDR de Casével.”

Apreciado o assunto, verificou-se o consenso unânime do executivo mandar o Sr. Presidente para solicitar, com caráter de urgência, ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, uma reunião em que estejam também presentes os representantes do Conselho de Administração da Fundação, por forma a encontrar uma solução que viabilize a UCCI-MDR de Casével.”

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1. - Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente:

- “E- mails” do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, dando conhecimento do Projeto de Resolução que apresentou na Assembleia da República “Pela rejeição da denominada Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP); e dos Projetos de Lei que “Interdita o uso do território incluído na REN e RAN a projetos imobiliários dos projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN) que não respeitem os critérios e fins da sua classificação”; que “Estabelece o regime de atribuição de incentivos e apoio à fixação de médicos nas zonas carenciadas no Serviço Nacional de Saúde”; que “Estabelece o Regime para Reposição de Freguesias”; e que “Garante o acesso universal e a emissão de todos os canais de serviço público de televisão através da Televisão Digital Terrestre (TDT).”
- “E- mail” do Grupo Parlamentar “Os Verdes” dando conhecimento do Projeto de Resolução que apresentou na Assembleia da República “Pela melhoria da cobertura e alargamento da oferta de serviços de programas na Televisão Digital Terrestre (TDT).”

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - Participação do Município no MLA,S.A. - Matadouro do Litoral Alentejano:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente, para efeitos de ratificação do despacho favorável que proferiu sobre a mesma:

“Na sequência das conclusões de um grupo de trabalho organizado no concelho de Odemira em 2003, foi constituída a sociedade MLA – Matadouro do Litoral Alentejano, S. A., com sede no concelho de Odemira, e que seria a responsável pela implementação da Unidade de Abate na Região.

O projeto tem como objetivo o abate de animais na região do litoral alentejano e envolvente (outros concelhos do Baixo Alentejo e Algarve), numa perspetiva de prestação de serviços aos produtores e industriais desta vasta região. Por razões estratégicas, nomeadamente a proximidade à A2 e IP1 e proximidade com outros projetos estratégicos para o setor pecuário a desenvolver na região - Ermidas do Sado e Garvão - a unidade de abate foi instalada na freguesia de Vale de Santiago, concelho de Odemira, a 800 m da povoação de Fornalhas Velhas.

A região de influência desta unidade de abate dispõe de um grande efetivo pecuário, nomeadamente de gado bovino (sobretudo raça Limousine), gado suíno (Porco Alentejano e Porco Branco), gado ovino (sobretudo Merino Branco) e gado caprino (sobretudo Charnequeira).

O matadouro dispõe de três linhas de abate diferenciadas para Bovinos, Suínos e Ovinos/Caprinos, com uma capacidade de abate de 20, 50 e 50 animais por hora, respetivamente, prevendo o estudo económico realizado o abate anual de cerca de 5.500 bovinos, 19.000 suínos e 14.000 ovinos e caprinos. A unidade está vocacionada exclusivamente ao abate, sendo o investimento total realizado da ordem dos 4.600.000,00 €, tendo sido alvo de candidatura aos fundos comunitários. O início da sua atividade apenas viria a ocorrer em Abril de 2012.

A empresa foi inicialmente constituída com um capital social de 2.040.000,00 €, sendo composta desde sempre, por representantes de várias entidades locais, nomeadamente produtores pecuários, representantes de associações de produtores e industriais do setor, pelo Município de Odemira (MO), Município de Castro Verde (MCV), ABM – Associação de Beneficiários do Mira e pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de S. Teotónio (CCAM-ST).

O Município de Castro Verde, em resposta a um convite formulado pelo MLA e conforme deliberações da Câmara Municipal de 27/02/2008 e da Assembleia Municipal de 29/02/2008 subscreveu uma participação de 20.000,00 euros no capital social da MLA, S.A.

2. Situação Atual do MLA:

O passivo da empresa, no momento presente, totaliza o montante de 3.518.003,63 €.

Ao longo dos últimos três anos de atividade os resultados líquidos foram (ano após ano) negativos, não sendo possível à empresa amortizar juros, capital em dívida ou outros compromissos em atraso como são os casos de fornecedores de imobilizado e do IFAP.

Esta situação (três anos consecutivos de atividade com resultados líquidos negativos), impõe legalmente aos Municípios a obrigação de alienar a sua participação na empresa (art.º 66º da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto na sua redação atual), sendo que a CCAM de S. Teotónio também sofreu uma imposição do Banco de Portugal para reduzir a sua participação na empresa para, no máximo, 15% do Capital Social.

Por outro lado, o art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais obriga a:

- a) *A dissolução da sociedade;*
- b) *A redução do capital social para montante não inferior ao capital próprio da sociedade, com respeito, se for o caso, do disposto no n.º 1 do artigo 96.º;*
- c) *A realização pelos sócios de entradas para reforço da cobertura do capital.*

3. Atividade e Resultados (2012-2015) e Perspetivas de Futuro do MLA:

No que concerne à prestação de serviços, constata-se que desde o início da atividade do Matadouro do Litoral Alentejano, em 2012, se regista um crescimento nesta vertente do negócio, não obstante a conjuntura económica e social desfavorável bem conhecida de todos nós.

A capacidade produtiva instalada no MLA suporta um crescimento do negócio sem significativos aumentos de custos, que conjugada com o potencial de produção de animais existente e futura que a região tem, conjugada igualmente com a carteira de clientes que ao longo destes primeiros anos de atividade decidiram trabalhar com o MLA, permitem acreditar no negócio e na viabilização da empresa.

Do exposto afigura-se legítimo perspetivar o futuro com algum otimismo, desde que se proceda no sentido de reduzir o endividamento e viabilizar e dinamizar a vertente comercial do negócio, já que no que concerne à componente da prestação de serviços o seu crescimento dá sinais de estar assegurado, reforçado não só pelo facto do Matadouro de Beja ter decidido abandonar o abate de suínos, mas também em virtude de clientes de reconhecida valia começarem a integrar a carteira de clientes da empresa.

A empresa tem apresentado valores positivos de EBITDA, ou seja, obtém rentabilidade para pagar os custos de laboração, mas não gera recursos suficientes para amortizar o passivo, precisando de mais negócio, pois os resultados operacionais são negativos ano após ano, na ordem dos 400 mil euros.

Sendo um dado adquirido que a empresa na situação atual não tem condições para fazer face aos compromissos assumidos, e que os seus principais acionistas estão legalmente impedidos de proceder a um eventual aumento do capital social, não se vislumbra outra alternativa que não seja a consolidação do seu passivo, porém, em condições mais consentâneas com a sua capacidade de gerar liquidez, que não passa apenas pelo alargamento da maturidade mas sim, pela redução significativa da taxa de remuneração do capital financiado.

O futuro do MLA está assegurado com o reforço da posição acionista da ADS – Agrupamento de Defesa Sanitária do Litoral Alentejano, atual acionista que agrega mais de 2000 associados, entre os quais mais de 80% dos clientes do MLA, ou seja, produtores locais e regionais, entidade que deliberou da sua última Assembleia Geral acrescer o seu capital social até perfazer 1/3 do total do MLA, sendo que do restante está assegurado que será subscrito por outros atuais acionistas locais, que garantem pelo menos mais 1/3 da subscrição.

Desta forma, apesar das saídas dos Municípios e da CCAM de S. Teotónio como acionistas, o MLA continuará com a maioria do capital social detido por empresas e associações locais, garantindo-se assim, tal como foi objetivo desde a ideia inicial do projeto, que o MLA continuará a servir a região e envolvente, e a entrada do capital necessário à liquidação de passivos atuais ao Estado, IFAP e fornecedores.

5. Assim e tendo em consideração que:

1. As demonstrações financeiras MLA - Matadouro do Litoral Alentejano, S. A. em 31 de dezembro de 2014, revelam que os capitais próprios da Sociedade ascenderam a um valor negativo de Euros 73.801,95 (setenta e três mil, oitocentos e um euros e noventa e cinco cêntimos);
2. De acordo com as demonstrações financeiras do MLA em 31 de dezembro de 2015, embora ainda não aprovadas pela Assembleia Geral, a empresa irá apresentar um prejuízo, situação que impacta de forma negativa os capitais próprios, já de si negativos;
3. A participação financeira detida pelo Município de Castro Verde no capital social do MLA a 31 de dezembro de 2015, no valor bruto inicial de 20.000,00, encontra-se com uma imparidade de igual valor, ou seja, um valor líquido nulo;
4. De acordo com o nº 2 do Artigo 95.º do Código das Sociedades Comerciais é permitido deliberar a redução do capital a um montante inferior ao mínimo estabelecido, se tal redução ficar expressamente condicionada à efetivação de aumento do capital para montante igual ou superior àquele mínimo, a realizar nos 60 dias seguintes à deliberação.

E considerando ainda que:

- É fundamental criar condições para a continuidade das operações do MLA, garantindo-se os objetivos iniciais que levaram à sua criação;
- O futuro do MLA está assegurado com o reforço da posição acionista da ADS – Agrupamento de Defesa Sanitária do Litoral Alentejano, entidade de produtores locais e regionais, que deliberou na sua última Assembleia Geral acrescentar o seu capital social até perfazer 1/3 do total do MLA, sendo que do restante está assegurado que será subscrito por outros atuais acionistas locais, que garantem pelo menos mais 1/3 da subscrição do capital social;
- O Município de Castro Verde está impedido de proceder a um aumento de capital (artº 66º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto);

proponho que a Câmara Municipal de Castro Verde delibere aprovar a realização da operação “harmónio”, com o consequente voto favorável do seu representante na Assembleia Geral do MLA, o que configura a saída como acionista do Município de Castro Verde.

Castro Verde, 29 de Abril de 2016”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente ratificar o despacho favorável proferido pelo Sr. Presidente relativamente ao proposto acima descrito.

2. - Mapa Centralizador de Receita e Despesa:

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao movimento de tesouraria no período compreendido entre o dia 1 de Janeiro a 29 de Abril de 2016, o qual apresenta os seguintes saldos:

• Operações orçamentais:

| | |
|----------------------|----------------|
| Saldo do ano de 2015 | 239.878,26 € |
| Receitas cobradas | 2.901.078,22 € |
| Soma | 3.140.956,48 € |
| Despesas realizadas | 2.887.605,68 € |
| Saldo em 29.04.2016 | 253.350,80 € |

• Operações de Tesouraria:

| | |
|------------------------------------|--------------|
| Saldo do ano de 2015 | 207.872,19 € |
| Op. Extra - Orçamentais – Entradas | 223.244,64 € |
| Soma | 431.116,83 € |
| Op. Extra. Orçamentais – Saídas | 222.918,78 € |
| Saldo em 29.04.2016 | 208.198,05 € |

• Disponibilidades:

| | |
|---|--------------|
| Caixa | 25.881,23 € |
| Fundos de Maneio | 2.500,00 € |
| Instituições Bancárias | 433.167,62 € |
| Total das disponibilidades em 29.04.2016 | 461.548,85 € |
| Documentos | 23.291,72 € |
| Total de movimentos de tesouraria em 29.04.2016 | 484.840,57 € |

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 29 de Abril de 2016: 236.119,03 €.

3. - Balancete mensal acumulado (Razão):

Tomou a Câmara igual conhecimento do balancete acumulado (razão) referente ao mês de Abril, o qual se anexa à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrito.

6 - Emissão de pareceres prévios para a celebração de contratos de aquisição de serviços:

Apreciou a Câmara a informação/proposta nº. 445 do Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos, que a seguir se transcreve:

Considerando o disposto no art.º 35º/10, da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, Lei do Orçamento de Estado para 2016, adiante designado por (LOE), que aponta para a obrigatoriedade da existência de parecer prévio vinculativo do Órgão Executivo, nas celebrações de contratos de aquisição de serviços, considerados ou não essenciais, independentemente do valor da adjudicação.

Considerando a obrigação prevista no art.º 3º da Portaria nº 149/2015, de 26 de maio, que estabelece quais os requisitos cumulativos que devem instruir o pedido de parecer, e se encontram em anexo ao mapa resumo que é apresentado.

Neste sentido, solicito a V.Ex.^a, e ao abrigo do disposto no art.º 35º/5, da LOE, **retificação do parecer prévio** favorável para a celebração das aquisições de serviços, emitido em 13 de Abril do corrente ano, cujo objeto consta do mapa anexo à presente proposta, nos seguintes termos:

- Serviços de motoniveladora e máquina giratória, para recuperação, conservação e manutenção das vias públicas de acesso rurais, através de concurso público:
 - Lote 1 - serviços de motoniveladora - pelo preço base de 40,00 €, até ao limite de 22.000,00 €/ano.
 - Lote 2 - serviços de máquina giratória e camião de apoio, até ao montante de 35.000,00 €/ano.
 - a) Serviços com máquina giratória - 40,00 €/hora.
 - b) Serviços com camião de apoio - 25,00 €/hora.

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista no artigo 35/5º e 10º da Lei nº.7-A/2016 (Lei do Orçamento de Estado para 2016), deliberou, por unanimidade e nominalmente, retificar o parecer favorável para a celebração do contrato de aquisição de serviços em causa, nos termos acima descritos.

5. - Ratificação de emissão de licença especial de ruído:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o ato de decisão que tomou relativamente à licença especial de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º. do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº.9/2007, de 17 de Janeiro, com as devidas alterações, a Marco Gabriel Graça Constantino, para realização de música ao vivo no Café Pastelaria 7ª. Arte, sito na Rua Fialho de Almeida, em Castro Verde, das 22 horas do dia 13 de Maio até às 2 horas do dia seguinte, até 10 de Junho, em cada dia de utilização.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar o ato de decisão em causa relativamente à concessão da licença especial de ruído acima referida.

DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

1. - Subscrição do manifesto de Adesão- Autarquias sem glifosato:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador António João Colaço:

“Tendo em conta as notícias da comunicação social dos últimos tempos, que têm posto a claro os estudos efetuados sobre o glifosato revelando os seus efeitos gravosos na saúde e no ambiente.

Tendo em conta que o Município de Castro Verde tem vindo a reduzir e atualmente já não aplica produtos contendo glifosato, proponho que seja subscrito o manifesto de Adesão - Autarquias sem glifosato, como compromisso futuro, nos seguintes termos:

“Considerando:

1 - Os riscos que vêm sendo conhecidos por estudos independentes e publicados nas revistas científicas mundiais, que têm vindo a revelar consequências gravosas para a saúde e para o ambiente, de vários herbicidas e em particular daqueles cuja substância ativa é o glifosato que, nomeadamente:

- a sua lenta degradação permite que os resíduos tóxicos sejam arrastados (pela água da chuva, da rega ou de lavagem) quer para rios, ribeiros, albufeiras e lagos, quer para lençóis subterrâneos.
- atua nos animais como desregulador hormonal e cancerígeno, mesmo em doses muito baixas, que podem ser absorvidas através dos alimentos e da água, supostamente “potável” na ausência de análises.

2 - Que o herbicida glifosato é o mais usado em todo o mundo e o seu uso tem aumentado muito nos últimos anos devido à proliferação das culturas geneticamente modificadas (OGM), que passaram a resistir ao herbicida (quando antes da modificação genética morriam com ele).

3 - Que o glifosato é o herbicida mais vendido em Portugal e a aplicação em meio urbano contribui para esta estatística.

4 - Que existem outros meios para o controlo das ervas espontâneas, como os mecânicos e térmicos, e que por vezes nem se justifica uma tão grande eliminação, pois em períodos chuvosos, as ervas têm diversas vantagens:

- ajudam à infiltração da água no solo, evitando escorrimentos superficiais que provocam erosão e cheias;
- fixam carbono e produzem oxigénio;
- aumentam a biodiversidade vegetal e animal.

5 - Que a nova lei sobre o uso de pesticidas em Portugal (Lei n.º 26/2013, de 11 de Abril, que transpõe a Diretiva 2009/128/CE), contempla a aplicação destes produtos em espaço urbano e aponta para que só haja aplicação de herbicidas quando não existam outras alternativas viáveis, nomeadamente meios de combate mecânicos e biológicos.

A Câmara Municipal de Castro Verde decidiu evitar o uso de herbicidas e, em particular, recusar a utilização do glifosato, tendo em vista contribuir ativamente para um melhor ambiente no seu território e para uma melhor qualidade de vida dos seus habitantes.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, subscrever o manifesto de Adesão - Autarquias sem glifosato, como compromisso futuro, nos termos propostos pelo Sr. Vereador António João Colaço.

2. - Deliberação final sobre processos de obras:

Apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade os projetos das especialidades para efeitos de deliberação final sobre os seguintes processos de obras:

- de António José Gonçalves Revés, para construção de um edifício destinado a habitação, constituído por dois fogos (bifamiliar), na Rua Catarina Eufémia nº.29, em Castro Verde, a que se refere o proc.º. de obras nº. 1/2016.
- de Jorge Miguel Guerreiro Machado, para construção de uma habitação unifamiliar na Rua Sofia de Mello Breyner, lote 44, em Castro Verde, a que se refere o processo de obras nº.10/2016.

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - Projeto Voleibol - Protocolo de Colaboração com o Núcleo do Sporting Clube de Portugal de Castro Verde:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“Partindo do princípio orientador da promoção do desporto para todos, a Câmara Municipal de Castro Verde tem mantido uma política de cooperação com as associações e coletividades, formalizada através da celebração de protocolos de colaboração, com o objetivo de reunir sinergias que permitam o desenvolvimento plural do desporto e da atividade física junto da população.

No âmbito desta linha de atuação, assistimos nestes últimos tempos a uma dinâmica desportiva protagonizada pelos diferentes agentes da comunidade, onde se inclui a promoção de um conjunto de ações ligadas ao Voleibol, fruto da parceria com a Associação de Voleibol do Alentejo e Algarve e a Federação Portuguesa de Voleibol.

Imposta referir que o Agrupamento de Escolas de Castro Verde é um Centro de Gira Vólei, que tem recebido apoio da Federação Portuguesa de Voleibol para o desenvolvimento de iniciativas em contexto de atividade escolar, faltando depois uma entidade que assegure a continuidade do projeto na comunidade.

Perante este contexto, e na perspetiva de ter um papel mais interventivo na comunidade, o Núcleo do Sporting Clube de Portugal de Castro Verde, propõe-se a desenvolver um projeto onde a par da prática federada do Voleibol se procurará trabalhar o desporto enquanto espaço de lazer e formação, aprofundando parcerias junto de várias entidades, com destaque para as escolas, no sentido de afirmar os valores do desporto inerentes à “educação para a cidadania” e “educação para a saúde”.

Assim, tendo presente o projeto, a introdução e os considerandos da minuta, que são parte integrante desta proposta, propõe-se a celebração de um Protocolo de Colaboração com o Núcleo do Sporting Clube de Portugal de Castro Verde.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, celebrar com o Núcleo do Sporting Clube de Portugal de Castro Verde um protocolo de colaboração, no âmbito do projeto Voleibol, cuja minuta se anexa à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrita.

2. - Concessão de subsídios:

- **Ao Cofre Social e Cultural dos Trabalhadores do Município de Castro Verde:**

Apreciou a Câmara o pedido de apoio financeiro solicitado pela Direção do Cofre Social e Cultural dos Trabalhadores desta Autarquia para fazer face a despesas para realizar um baile no próximo dia 3 de Junho, com a finalidade de dar a conhecer a sua atividade à população em geral e promover o convívio com os seus associados, e cujos encargos desta iniciativa prevê que ascendam a 800,00 €.

A Câmara, segundo proposta do Sr. Presidente, deliberou, por unanimidade e nominalmente, atribuir ao Cofre Social e Cultural dos Trabalhadores desta Autarquia, ao abrigo do disposto no n.º.2 da cláusula 1ª do respetivo protocolo de colaboração, um apoio financeiro no montante de 500,00 €, autorizando o respetivo pagamento.

- **Ao Moto Clube de Castro Verde, para realização do XII Encontro Motard:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“O Moto Clube de Castro Verde organiza anualmente um Encontro Motard, onde para além das iniciativas direcionadas ao público específico de ação da associação, promove atividades direcionadas ao público em geral, dinamizando dois dias de convívio e confraternização.

A Câmara Municipal de Castro Verde, sempre que solicita, tem contado com a colaboração do Moto Clube na dinamização de atividades, e reconhece a atividade regular do mesmo, o que levou à celebração de um protocolo de colaboração entre as duas entidades.

Assim, nos termos do protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Castro Verde e o Moto Clube de Castro Verde, alínea a), do ponto 3. da cláusula 1ª., proponho a atribuição de um apoio financeiro de 900 € e nos termos do ponto 2, da cláusula 1ª, a utilização do Estádio Municipal 25 de Abril e o fornecimento do apoio logístico para a realização do XII Encontro Motard, a acontecer nos dias 27 e 28 de Maio 2016.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, conceder ao Moto Clube de Castro Verde o apoio financeiro e logístico proposto pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, para a realização do XII Encontro Motard, e autorizar o pagamento do referido apoio financeiro.

Mais deliberou a Câmara disponibilizar um pequeno troço da Av. 25 de Abril, no dia 28, das 18 às 20 horas, para a realização de espetáculo de “Freestyle”, a exemplo do ano anterior.

3. Concessão e renovação de cartões sociais:

Com base na informação nº. 446 da Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto e respetiva documentação anexa, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Álvaro Júlio Romano Mira, residente em Castro Verde; Eugénia Chonita Rosado Gaspar e a Manuela Cistina de Matos Luís Olímpio, residentes em Casével, todos no escalão A.
- Renovar os cartões sociais de: Adelina Santos Afonso, residente em Santa Bárbara de Padrões, e de Maria Jacinta Sebastião Mestre, residente no Monte do Lombador, ambas no escalão A.
- Indeferir os pedidos de cartão requeridos por Maria José da Costa Silvestre e por Maria Purificação Colaço Jerónimo Romão, residentes em Castro Verde, em virtude dos seus rendimentos per-capita excederem o previsto no respetivo regulamento municipal.

PERIODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se verificou a presença de público

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 22,45 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.